



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2106/05	DATA: 20/12/2005
INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 16h37min	DURAÇÃO: 01h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h18min	PÁGINAS: 30	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Definição do cronograma dos trabalhos do Conselho de Ética para o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 76ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Expediente.

Processo do Deputado João Magno, cujo Relator é o nobre Deputado Jairo Carneiro. Nós estamos encaminhando ofícios aos Ministros Patrus Ananias e Hélio Costa para responderem às perguntas do Conselho, do Relator e dos membros deste Conselho. Então os nobres Deputados que quiserem fazer algumas perguntas, no caso do processo do Deputado João Magno, aos Ministros Patrus Ananias e Hélio Costa, terão prazo até dia 6 de janeiro para encaminhá-las, e o nobre Deputado Jairo Carneiro poderá coordenar essa parte.

Eu gostaria também de anunciar aos Srs. Deputados que no dia 15 deste mês o Deputado José Janene foi notificado, e já começa a correr o prazo de 5 sessões para a defesa prévia. Infelizmente, o plenário não está funcionando, então essas 5 sessões só vão começar a partir do dia 16 de janeiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, pela oportunidade, tão-somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação às inquirições que seriam feitas ao Sr. Marcos Valério, também por escrito, não sei se os Conselheiros ou o Relator já as encaminhou. Parece que o Sr. Marcos Valério teria ficado de responder ao Deputado Moroni Torgan, e seria importante tanto para mim como para o Deputado Fantazzini, que também temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que V.Exas. poderiam encaminhar essas perguntas também.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Independentemente de o Relator já as ter encaminhado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Independentemente. Nós já vamos encaminhando. A Secretaria do Conselho já encaminha ao Marcos Valério e ao Sr. Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa., o Deputado Orlando Fantazzini, o Deputado Moroni Torgan e qualquer outro membro do Conselho poderão fazê-lo também.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Talvez até a Deputada Angela também, por conta do Deputado Janene, que foi notificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para analisarmos o cronograma de trabalho a ser apresentado pelos Relatores dos processos em tramitação neste Conselho. A Presidência já tem algumas sugestões. Eu gostaria de ouvir Deputado por Deputado.

Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos antes de começar a ouvir os Srs. Deputados.

Nós temos hoje no Conselho cerca de 4 a 5 processos em fase final, que seriam o do Deputado Pedro Corrêa, o do Deputado Roberto Brant, o do Professor Luizinho e o do João Paulo.

Eu gostaria de lembrar a todos que nós somos convocados nesse período até o dia 16 de janeiro...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dia 14 de janeiro, e não vamos ter condição de trabalhar normalmente, vamos ter condição apenas de ter aqui oitivas de testemunhas ou de Parlamentares. Por quê? Por exemplo, V.Exa. mais o Deputado Nelson Trad estão praticamente com o processo pronto, podem já encerrar a instrução. Agora, para poder ler o relatório, há necessidade de 5 sessões, mas o plenário não está funcionando e nós não vamos poder contar 5 sessões. O ideal para nós é que as próximas reuniões sejam a partir do dia 9. Então nós vamos ter 9, 10, 11, 12 e 13. Nos processos, já poderão ser encerradas as instruções. Segunda-feira começa a funcionar o plenário e começa a contar, está certo? Assim mesmo, eu já estou marcando oitivas de testemunhas para os dias 9, 10 e 11 para o caso específico do Deputado Jairo Carneiro, e outras mais.

V.Exa. pediu-me também para convocar o Deputado Negromonte. Está sendo convocado para amanhã. Se ele não puder vir amanhã ou quinta-feira, nós podemos ouvi-lo também nesse período do dia 9 ao dia 15.



Além do mais, amanhã eu vou fazer uma reunião às 10 horas da manhã. Nós vamos fazer um levantamento de tudo — já está praticamente pronto. Tudo o que foi feito pelo Conselho neste ano e tudo o que pretendemos fazer exatamente até abril, até o final da convocação extraordinária. Vamos ter condições de terminar um número grande de processos. Acho isso importante.

Eu gostaria de ouvir os Srs. Deputados, os Relatores que aqui estão presentes. Hoje temos a presença de 11 Parlamentares, e eu gostaria de ouvir cada um, cada caso específico, para ver se está batendo com o relatório que tenho em mãos.

Eu gostaria também de lembrar que — vou citar aqueles processos cujos Relatores não estão presentes e posteriormente vou ouvir cada um dos Srs. Relatores —, no caso do Deputado João Paulo Cunha, o Relator, Deputado Cezar Schirmer, está esperando documentação solicitada por órgãos como o Tribunal de Contas da União, a CPMI e a Polícia Federal. Esses documentos já chegaram ao Conselho de Ética, e eu os estou encaminhando hoje ao Relator.

No caso do Deputado José Janene, ele já foi notificado. Agora vamos aguardar as 5 sessões.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Pedro Canedo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, quanto à oitiva das testemunhas do caso do Deputado Professor Luizinho, solicitamos, se não me engano, ao Sr. Nagô, uma das testemunhas que teria prestado serviço às pessoas, aos pré-candidatos a Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - José Carlos Nagô.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - José Carlos Nagô. Nós requeremos que ele encaminhasse para cá comprovante de recolhimento dos impostos e eu gostaria de saber se isso já veio para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já vamos cobrar da Secretaria.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Estou dependendo disso para que eu possa também fechar o relatório a respeito do Representado Deputado Professor Luizinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Acho que temos condições agora de começar a ouvir os Srs. Relatores, porque, além do relatório, que já tenho comigo, quer dizer, a Secretaria do Conselho já possui, depois de ouvi-los vamos fazer um organograma e apresentá-lo amanhã, às 10h, para, logicamente, mostrar o que foi feito nesse período de maio até aqui — o nosso trabalho, quantas testemunhas ouvimos, enfim, um relatório completo, detalhes, minúcias — a todos os Srs. Deputados. Estou mandando preparar uma cópia para cada um e também vamos debater o organograma até o dia 16 de fevereiro.

O Deputado Jairo Carneiro é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa da realização desta reunião. É importante que a sociedade brasileira tenha conhecimento — os órgãos de comunicação estão aqui fazendo a cobertura — de que estamos trabalhando, e com toda a responsabilidade.

Eu gostaria de saber, com referência ao processo que temos a responsabilidade de relatar, do Deputado João Magno, se o advogado do Representado, como prometera, trouxe a este Conselho as informações sobre os gastos da campanha eleitoral, das 2 campanhas eleitorais. Ele disse que entregaria naquele mesmo dia em que tivemos a última reunião com oitiva. Então essa é uma informação.

A segundo seria quanto à oitiva das testemunhas. V.Exa. anunciou para mim que poderíamos agendar para o dia 11 de janeiro. Eu queria tirar a dúvida se é uma quarta-feira — seria um dia muito próprio —, 11 de janeiro. De minha parte, tudo bem, mas precisaríamos também receber os quesitos dos colegas, para submetê-los à apreciação dos Srs. Ministros indicados como testemunhas. Até o dia 6 poderíamos preparar e juntar a contribuição dos demais membros do Conselho. Nosso plano é apresentar ainda no mês de janeiro o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então fica decidido, Sr. Deputado, que traremos as testemunhas que faltam do processo do Deputado João



Magno no dia 11. Eu tinha conversado com o Deputado João Magno sugerindo o dia 10, ou o dia 11. Então ficou estabelecido o dia 11.

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, com relação ao processo que me coube relatar, do Deputado Pedro Corrêa — apenas um breve relato para V.Exa. e os nobres Conselheiros —, com relação às testemunhas arroladas pela Relatoria, todas elas declinaram do convite, portanto demonstraram que não tinham interesse em contribuir com este Conselho.

Levando em conta que elas oficialmente não queriam depor e tomando por base que também não eram fundamentais os seus depoimentos para a formação da minha convicção, acabei desistindo de suas oitivas. Portanto, tão-somente as testemunhas arroladas pela defesa é que estão sendo ouvidas. Foram ouvidas algumas delas.

Particularmente no tocante ao Dr. Paulo Goiás, faço um registro aos colegas de que ele já fora notificado por 2 vezes, redesignando, por 2 vezes, as datas. Portanto cumprimos a orientação de V.Exa. e até uma orientação advinda do próprio Ministro Jobim no sentido de que déssemos 2 oportunidades, e depois notificaríamos ao Representado que a sua testemunha não compareceu. Então, com relação ao Dr. Paulo Goiás, não nos cabe mais a obrigação de notificá-lo.

Não obstante o pedido de substituição do Deputado José Janene, por razões óbvias, pelo Deputado Mário Negromonte — concordei com a substituição —, não vejo nenhum problema em notificar novamente o Dr. Paulo Goiás para vir na mesma oportunidade do Deputado Mário Negromonte, se entender a defesa ser conveniente. Em não vindo, eu diria que temos condições de imediatamente encerrar a instrução e apresentar o relatório a este Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Inclusive V.Exa. sugeriu que se convidasse o Deputado Mário Negromonte para amanhã. Então vamos aproveitar. Se ele puder realmente vir amanhã, faremos um levantamento, um organograma de trabalho, e em seguida poderemos ouvi-lo, ou quinta-feira pela manhã.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tanto na parte da manhã como na parte da tarde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não podendo, acho que seria interessante convidá-lo para o período do dia 9 ao dia 13.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De qualquer forma, Sr. Presidente, apenas para certificar nos autos o convite que vai ser feito a ele para amanhã ou para quinta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Já seriam 2 datas que lhe foram ofertadas.

Não vou fazer nenhuma oposição a ouvi-lo nesse período de 9 a 13. Mas, de qualquer forma, é bom certificar nos autos que já foram ofertadas a ele 2 datas, e ele declinou da vinda em ambas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então V.Exa., como o Deputado Jairo Carneiro, têm condições de apresentar o relatório nesta convocação extraordinária.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Assim que for feita a oitiva de ambos, tenho condições de apresentá-lo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu aproveito, Sr. Presidente, porque também nós solicitamos, e o requerimento foi aprovado pelo Plenário, informações disponíveis nas CPMLs etc. São requerimentos que a Secretaria deveria providenciar, para termos disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

Deputado Pedro Canedo, Relator do processo do Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - É preciso atentar para um detalhe. Na semana de 9 a 11 poderemos ouvir testemunhas, mas apenas nós do Conselho de Ética estaremos trabalhando. Só depois do dia 16 é que os Parlamentares estarão aqui. Quero apenas lembrar: nós estaremos aqui, evidentemente, a partir do dia 9.

Com relação à minha Relatoria, Sr. Presidente, caros colegas, estou com ela praticamente pronta. Em não havendo nenhum acidente de percurso, pretendo, da mesma forma que o Deputado Jairo Carneiro, nesse período a partir do dia 9 já



apresentar o relatório, para que se possa começar a contar as sessões a partir do dia 16 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então teremos condições de encerrar a instrução do processo dos Relatores Deputado Jairo Carneiro, Deputado Carlos Sampaio e Deputado Pedro Canedo. Então nesta convocação extraordinária teremos condições de encerrar a instrução e, posteriormente, depois de 5 sessões, já ler o relatório.

Deputado Nelson Trad, Relator do processo do Deputado Roberto Brant.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, não tenho nenhum problema mais com relação ao desate da representação do Deputado Roberto Brant. Há uma manifestação concreta da parte dele da disponibilidade de se mostrar apto ao que consta dentro do meu relatório, que é a sua manifestação da inexistência de qualquer providência a partir do momento em que ele apresentou uma declaração do coordenador da campanha eleitoral dele, com firma reconhecida — evidentemente, não fui buscar em outras fontes nenhum subsídio que pudesse fortalecer a minha convicção — e, ao mesmo tempo, a posição do Deputado Roberto Brant de se submeter àquele procedimento já exaurido ao final da instrução.

Entendo que, a partir do momento em que reassumirmos os trabalhos do Conselho com a convocação extraordinária até 14 de fevereiro, o processo, a representação estará pronta para ser colocada em pauta. De qualquer forma, acredito que o Conselho pode ficar descansado, e a Presidência. Não será esse procedimento que retardará uma solução final ou obstaculizará os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria também de lembrar a todos um artigo do nosso Regulamento:

“Art. 17. Considerar-se-á concluída a instrução do processo com a entrega do parecer do Relator, que será apreciado pelo Conselho no prazo de cinco sessões ordinárias”.

Vamos ter condição de fazer as nossas reuniões a partir do dia 9 — alguns Relatores vão terminar as instruções —, e a partir do dia 15 começam a contar as sessões. Vamos ter condições. Nesta convocação extraordinária, até agora, pelo



menos 4 Relatores que já usaram da palavra garantiram que encerram a instrução nesse período.

Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, como não-membro, eu queria me incluir para falar depois dos membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com prazer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não é nem visitante ilustre, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Visitante ilustre. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ilustre companheiro Fernando Gabeira.

Sr. Presidente, eu e o Deputado Gabeira, junto com o Deputado Fantazzini, acabamos de entregar ao Presidente Aldo algo que deve ser objeto de meditação por parte de todos nós. A reação da população de não-aceitação do que saiu deste Conselho, de maneira incontestável, em relação ao Deputado Romeu Queiroz, contrariando uma certa tradição em processos anteriores, no Rio de Janeiro foi muito forte. Tem sido muito forte. As pessoas nos procuram e nos questionam, inclusive. Não tenhamos ilusão: este ano de 2006, do ponto de vista político — e esses episódios da natureza são rememorados agora, quando completa 1 ano —, vai ser uma espécie de tsunami que pode nos afogar a todos. Estamos naquele momento — estou com essa impressão — da água do oceano recuando. Lá na Ásia, uma criancinha que percebeu — tinha aprendido na escola — e salvou a família com isso. Nós temos que perceber que a opinião pública, a população, a sociedade está olhando para o Congresso Nacional de banda, com muito repúdio, com muito questionamento, e ninguém se salva.

Eu, nesse fim de semana, fui brindado com vários questionamentos muito fortes. Canalizamos isto: façam o que vocês quiserem.

Então, algumas lideranças do Movimento pela Ética na Política organizaram uma lista crítica ao que se pode consolidar como o fim de qualquer punição aqui na Câmara, já que os 2 pólos tiveram os seus direitos eleitorais suspensos: Roberto Jefferson e José Dirceu. Agora tudo se acerta. Há um sentimento na população em relação a isso que popularmente se chama de pizza.



Por outro lado, também à convocação extraordinária, com os gastos, os dispêndios, o ganho extra, a população reage muito. Sei que é regimental, é legal, mas ela — compartilho desse entendimento — considera que isso não é legítimo, e nos desgastamos demais. A solução individual que alguns estão tomando, entre os quais me incluo, de não aceitar essa remuneração adicional, pode ser um gesto individual que nos deixa tranquilos eventualmente, mas não resolve o problema.

Estivemos com o Presidente Aldo, que recebeu essa megamensagem de Natal. Me perguntaram: quantas assinaturas? Eu não contei. Tem 5 metros. E cartas de leitores — vocês leram no fim de semana? Pelo menos os jornais do Rio de Janeiro dedicaram colunas e colunas a cartas muito críticas à Instituição. Isso é ruim para a democracia. O Presidente Aldo confirmou que colocará na pauta, a partir do dia 16 de janeiro, em cronograma a ser estabelecido pelo Colégio de Líderes, a PEC que reduz o recesso parlamentar e o PDL que tira do Regimento aquela remuneração adicional na convocação extraordinária. São 2 propostas corretas, do meu ponto de vista, e creio que, se as aprovarmos, pode ser que essa situação de muita perda de credibilidade venha a se reverter. Estou só comunicando o que fizemos ali.

Com relação ao meu trabalho aqui, estou aguardando o envio de algumas documentações finais, já prometidas pelo Deputado Wanderval Santos, do PL de São Paulo, em relação a suas movimentações bancárias e telefônicas. Também aguardo do Ministério da Justiça uma informação solicitada sobre a entidade à qual ele destinou recursos orçamentários. E, seguramente, o relatório ficará pronto, tão logo eu receba isso — espero que seja esta semana —, em 15 dias. Então o processo está bem adiantado. A defesa tem reiterado aqui que seu direito tem sido plenamente assegurado.

Eu não peguei o início da reunião, infelizmente, mas indago: qual é o nosso procedimento de máxima segurança jurídica em relação à votação dos relatórios e aos respectivos votos aqui? Só quando o plenário estiver em pleno funcionamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Alencar, nós estávamos conversando anteriormente, dizendo o seguinte, que os Relatores vão poder encerrar a instrução. Encerrada a instrução, vamos aguardar 5 sessões de plenário, que começam no dia 16. Aí os Relatores poderão ler o seu relatório, e em



seguida colocamos em votação o voto do Relator. Se alguém pedir vista, seriam 2 sessões. Então nós temos condições de, aproximadamente em torno do final de janeiro, já começar nossas votações aqui no Conselho de Ética, porque V.Exa. é o quinto que diz que em 15 dias termina. Já são 5 processos praticamente em fase final. Então vamos começar a ler os relatórios e a colocar em votação o voto do Relator, aí vamos em seqüência, encaminhando à Mesa, lógico, pela ordem. Ao terminar aqui, mandamos para a Mesa. Vamos ter condições, nesta convocação extraordinária, de pelo menos mandar 6 processos à Mesa. De 5 a 6 processos, no mínimo, podendo, logicamente, chegar a um número maior. Então estamos cumprindo nossa obrigação.

Eu gostaria também de aproveitar o que V.Exa. falou agora: a reação está sendo feita em todo o Brasil, em São Paulo é a mesma coisa. Mas uma coisa importante eu gostaria de frisar: o papel do Conselho de Ética. Estamos aqui há 6 meses praticamente, 5 ou 6 meses, trabalhando diuturnamente. Inclusive amanhã, às 10 horas da manhã, vamos fazer o relatório final do que fizemos este ano a partir da denúncia do Roberto Jefferson, a partir de maio. Inclusive vamos mostrar o período em que o Deputado Orlando Fantazzini também foi o Presidente, em que foi cassado o Deputado André Luiz. Então, mostrar o que foi feito exatamente neste Conselho de Ética, e, o mais importante, que nós fizemos um trabalho independente, transparente e justo, acima de tudo.

O que estou sentindo neste Conselho de Ética é que nenhum Deputado mais tem partido político. Estamos preocupados é com a imagem do Poder Legislativo.

Eu gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados do Conselho: procurem os seus Líderes, para aprovamos o que está na pauta, especificamente para reduzirmos o período de recesso, e para que não seja pago nada extra para os Parlamentares. Desde o começo, todos os membros do Conselho, sem exceção, estão pregando uma convocação extraordinária sem remuneração. Estávamos tentando de alguma maneira achar uma forma legal de trabalhar, e aqui estamos hoje. Agora, amarrados. Por quê? Porque nós não podemos fazer nada além de oitivas, mais nada, e análise dos documentos. Então, vir aqui para não fazer nada também não vale a pena. Por isso estou marcando, a partir do dia 9, diversas oitivas, todos os dias. A análise dos documentos vai caber a cada Relator e a esta



Presidência. Hoje, desde a manhã, estamos analisando os documentos que estamos entregando aos Srs. Relatores. Os pedidos que foram feitos já estão sendo cumpridos na CPI, na Polícia Federal, no Ministério Público. Então eu acho que nos cabe, a partir do dia 9, continuar os nossos trabalhos da forma que estamos fazendo.

Amanhã vamos ter uma reunião às 10h da manhã, e apresentamos o nosso organograma de trabalho para o período de convocação extraordinária.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, só para concluir a minha participação aqui, quero externar uma visão em relação ao que soubemos na quinta-feira à tarde: esta convocação extraordinária por todo o recesso, sendo que um mês é de Comissões e do Conselho. Eu entendo que o que orientou essa decisão dos Presidentes das 2 Casas foi a questão política: para não haver um desgaste maior ainda com a convocação extraordinária, vamos suprimir o recesso parlamentar. Isso gerou algo que estamos vendo. A imprensa reitera: *Sexta-feira a Casa vazia* — como sempre. *Segunda-feira ninguém apareceu. Estão ganhando sem trabalhar.*

Na verdade, a maioria não está sequer obrigada a vir aqui, e o cronograma de cada CPI, da Comissão de Orçamento, do Conselho de Ética e da CCJ, eventualmente, têm de ser estabelecidos por nós. Não queremos ser nem azeitona de pizza nem cereja de bolo. Vamos falar com clareza que é ilusório isso de que a partir de 16 de dezembro todo dia teremos de estar aqui batendo ponto para fingir que estamos trabalhando. Temos um cronograma, e aqui temos as nossas limitações. Nenhum convidado — e só há convidados — virá aqui nesta semana do Natal, nem depois, na semana do Ano Novo.

Esta convocação foi mal feita — quero manifestar aqui a minha opinião —, foi só para dar a impressão de que aqui se exaure. Ficamos 1 ano, por causa dessa profunda crise, com uma produtividade legislativa muito pequena. Agora, na convocação extraordinária, inclusive na que é para valer mesmo, há 95 projetos. Não se vai votar nem metade disso, a gente sabe. Vem mais desgaste aí.

Não agiram com a sabedoria dos juízes, pelo menos daqueles do Antigo Testamento — de alguns, porque também tinha juiz ruim, não é?, a Bíblia relata isso. Também não vamos arcar com esse ônus de que o Conselho de Ética tinha de



estar aqui sexta-feira. A gente se gosta muito — temos estabelecido uma relação fraterna —, mas eu prefiro os meus filhos ao Carlos Sampaio, que tem idade para ser meu filho. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para complementar o que V.Exa. acabou de falar, eu marquei para 5 testemunhas os dias 4 e 5. Nenhuma vai poder comparecer. Inclusive temos uma testemunha amanhã, o Deputado Negromonte, que parece que tem problema em comparecer também amanhã. Então vejam que neste período de Natal e Ano Novo realmente é difícil. Inclusive as testemunhas não querem vir. Então é muito mais prático trabalhar a partir do dia 9. Vamos ouvir diversas testemunhas, diversas.

Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, 2 coisas.

Primeira. Na verdade, quando se fala que as testemunhas não querem vir, muitas vezes elas estão é sem poder vir, porque é muito difícil chegar a Brasília neste período. Nós não temos passagem de avião. Para conseguirmos chegar aqui hoje e voltar na quinta-feira foi um sacrifício enorme, porque não tem. Estamos em lista de espera. Quando V.Exa. anunciou que nós iríamos trabalhar até o final do mês, mesmo antes da convocação extraordinária, eu tirei as passagens para essas datas, inclusive para os dias 26 até 29 — entrei na lista de espera e elas foram confirmadas. Mas isso com muita antecedência. É muito difícil chegar aqui. É um dos fatores por que as testemunhas e nós, Deputados, temos dificuldades para chegar a esta Casa.

Segunda, Sr. Presidente. Fala-se dos processos. O processo do qual sou Relator talvez tenha sido o penúltimo a entrar nesta Casa, e é um processo atípico, diferente de todos os outros que estão sendo julgados neste momento. O que estamos julgando aqui são processos que envolvem recursos financeiros, de caixa 2 ou de partido, má aplicação. No nosso caso não é nada disso, é vazamento de informação, no que eu tenho uma dificuldade enorme, porque, no nosso caso, nós precisamos de provas, de conseguir dos jornais quando foi a entrevista. Quem representou o PT não juntou nada dessas coisas. Não há uma peça que fundamente as acusações feitas pelo PT.



Nós estamos indo atrás, e V.Exa. é testemunha disso. Já pedimos a este Conselho que fizesse ofícios à *Rede Globo*, ao *SBT*, à *TV Câmara*, a todas as redes de jornais, rádios e televisões, para que nos fornecessem as cópias das entrevistas dadas no dia seguinte ao da reunião secreta do dia 5 ou dia 6. Então estamos à espera desses documentos. Algumas emissoras já enviaram, mas não fazem nenhuma alusão a esses fatos.

Nós também pedimos o exame grafotécnico da Polícia Civil de Brasília, porque já se fala em 2 laudos particulares — de que, logicamente, já ouvimos falar, mas não podemos levar em consideração. Esses laudos foram feitos por particulares, por revistas ou por partidos políticos, o que não é o nosso caso. Nós estamos esperando o laudo oficial. Tivemos informação hoje de que o perito do Instituto de Criminalística de Brasília está precisando de mais algumas assinaturas para que ele possa elaborar o seu laudo.

Pergunto a V.Exa.: como vamos proceder? Existem 2 ou 3 formas, como entendo, Sr. Presidente. Uma seria esta: como o ex-Presidente do PT foi Ministro da Educação, esteve até pouco tempo à frente do Ministério, no Ministério deve haver vários documentos assinados, então poderíamos falar com o perito e, acompanhados de uma pessoa da Secretaria ou de um dos Deputados deste Conselho, ir até o Ministério e conseguir lá os documentos. Digo acompanhado do perito porque ele veria qual serve para o trabalho dele ou não. Outra forma seria fazer uma correspondência ao ex-Ministro Tarso Genro, dentro dos moldes em que o perito pede as assinaturas. A outra seria deslocar o perito daqui até Porto Alegre, para que colha as assinaturas — seria praticamente impossível que isso acontecesse, acho que o mais viável seria aqui em Brasília, no Ministério.

Nós precisamos disso, porque são preliminares levantadas por este Relator e também pelo Representado. Nós precisamos dessas informações para prosseguir com nosso trabalho. É importante. Nós já temos algumas respostas, mas nós estamos realmente precisando dessas respostas para robustecer o nosso relatório e ter alguma coisa palpável do que está-se falando, do que estamos procurando.

Nós não encontramos nos jornais nenhuma menção quanto a essas entrevistas que foram dadas, esse vazamento. Então vamos ter que fazer oitivas das pessoas que fizeram parte dessa sessão secreta, como já pedimos a V.Exa.



Citamos alguns Deputados, o Presidente da CPMI e o Relator para serem ouvidos aqui e estamos à mercê dessas providências para que possamos fazer o nosso trabalho. Por isso eu queria pedir a V.Exa. que tomasse uma decisão quanto às assinaturas que faltam ao perito aqui de Brasília, para que ele possa fornecer o seu laudo, que é muito importante para nós neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, para colaborar com o nobre Deputado José Carlos Araújo, eu creio que aqui, junto à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, estarão disponíveis documentos, mensagens do Poder Executivo com exposições de motivos do Ministério da Educação da época da gestão do Ministro Tarso Genro, com suas assinaturas em projetos de lei e também matérias orçamentárias. Creio que aqui mesmo teríamos esses elementos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos solicitar à Mesa da Câmara essa documentação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com a devida vênia do Deputado Mendes Thame, que é o próximo inscrito, como o Deputado Fernando Gabeira também tem outras atividades, e como é membro honorário deste Conselho até pela sua história e pela sua postura na Câmara Federal, eu sugeriria a V.Exa. que desse a palavra a ele antes de continuarmos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com prazer.

Com a palavra o Deputado Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Também tenho problemas de avião. Eu vim exclusivamente para falar com o Conselho. Achei que era importante vir hoje expressar minha solidariedade ao Conselho, uma vez que nós perdemos juntos a votação do caso do Deputado Romeu Queiroz. A votação no Conselho foi 12 a 2 e no plenário ela não correspondeu à correlação de forças que havia aqui.



Eu tenho acompanhado esse processo muito atentamente. Vejo até que V.Exa. manifestou-se agora sobre o trabalho do Conselho, como tem sido feito seriamente o trabalho do Conselho. Mas já que estamos no espaço da ética, coloca-se também para todos que trabalham no Conselho um problema ético: se o Conselho faz o seu trabalho bem, denuncia e o Plenário absolve, ele não pode também lavar as mãos e dizer assim: *Nós fizemos o nosso trabalho, está tudo bem.*

Nós estamos vivendo uma situação, Sr. Presidente, em que o debate racional está chegando aos limites. De um lado, temos propostas abstratas, como salvar a democracia, salvar a instituição; mas de outro lado também há muitos interesses pessoais, há amigos salvando amigos, há favores que se interpenetram, e esse diálogo não vai resultar num caminho bom.

A minha proposta de tática, Sr. Presidente, que é uma tática que eu não gostaria, que é desagradável, mas é a única que pode dar uma vitória não só ao Conselho de Ética como ao povo brasileiro interessado nessa solução, é: respeitando o voto secreto — porque voto secreto não existe —, nós tentamos expor ao máximo as pessoas que estão trabalhando para que haja uma decisão contrária àquela proposta pelo Conselho de Ética. Por exemplo um Deputado como aquele do Rio Grande do Sul — já discuti com ele na eleição do José Dirceu, nós tivemos uma discussão. Ele era favorável à absolvição e eu não era. Desta vez também: ele era favorável ao Romeu Queiroz e distribuiu os seus votos lá, inclusive motivando um pedido de anulação — pode avançar ou não. Com um Deputado como esse, o único caminho que nós temos é nos dirigirmos aos eleitores dele no Rio Grande do Sul, através do *Zero Hora*, da *Rádio Gaúcha* e tal e pedir aos eleitores que o convençam a mudar de posição. Se nós utilizarmos esse caminho e a mídia compreender bem esse caminho, mesmo ainda sem tocar no voto secreto, nós vamos conseguir expor muito a situação daqui.

Eu tenho a impressão, como o próprio Deputado Chico Alencar mencionou, de que, se nós analisarmos o Rio de Janeiro, nós podemos ser descritos por um verso de uma canção americana, de um homem que até morreu, que dizia assim: *Ninguém sai vivo daqui.* Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, que, do ponto de vista do povo do Rio de Janeiro, ninguém vai sair vivo. Mas esse não é o problema. O problema central é o seguinte: é possível que a instituição sobreviva, é possível



que a idéia de democracia no Brasil, pela qual nós lutamos tanto, não seja tão atacada através desse processo?

Eu vim aqui para transmitir a minha solidariedade e para dizer que, infelizmente, não se faz omelete sem quebrar os ovos. Nós chegamos a um ponto em que não se faz omelete sem quebrar os ovos. Ou se encara a luta real por uma resposta à opinião pública, ou nós vamos perder. Deixo essas reflexões, mas me coloco à disposição do Conselho naquilo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço ao Deputado Gabeira.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu gostaria de fazer um breve comentário a essa intervenção do nobre Deputado Gabeira.

Eu creio que é muito lúcida a sua preocupação e proposta. Porque, se cada caso é um caso, se cada situação é uma situação, nesse processo restou inquestionável que nós tivemos a utilização de recursos captados ou obtidos de forma irregular e gastos em campanha ou própria ou de outrem. Nós poderemos ter várias situações aqui, nos diversos processos, mas esta é emblemática e indubitosa quanto à divergência aceitável: o dinheiro obtido de forma irregular gasto em campanha, ou do próprio ou de outrem. Tanto assim eu também entendo que se alguém recebe recurso irregularmente, até sem a confirmação da ilicitude da origem, mas se obtiver de forma irregular e se locupletar, promover o enriquecimento ilícito, para mim também são situações iguais, que não devem ter qualquer tipo de apelo. Eu acho que isso dá um pano de fundo para garantir a posição deste Conselho.

Não estou fazendo nenhum prejulgamento, nem interferindo no juízo de valor de nenhum Relator. Mas isso aconteceu no processo, como no caso do Sr. Jefferson, configurado enriquecimento ilícito. Ele se locupletou. São duas situações para mim que devem ter o mesmo destino: a punição grave, a pena capital política. Eu acho que isso dá ensejo a que possamos até redigir memorial e divulgá-lo para a Nação brasileira por inteiro, para que o Plenário, diante de situações dessas, que venham a ser julgadas aqui e cheguem ao Plenário, seja irrecusável a posição, que pode ser uniforme, deste Plenário.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no caso da absolvição do Deputado Romeu Queiroz, ficou claro para todos nós que não se tratou apenas de uma camaradagem, de um ato de cooperativismo. Isso foi fruto de um ardiloso estratagema político, muito bem conduzido por aqueles que tinham interesse, primeiro, em criar um precedente para a posterior absolvição de outros representados e, em segundo lugar, em fortalecer a tese que está nas palavras do Presidente da República, em todas as suas entrevistas, de que não houve corrupção nenhuma no Governo, de que não ocorreu o mensalão. Portanto o que ocorreu é apenas um pecadilho, apenas um empréstimo, ou uma seqüência de empréstimos, com finalidade de financiar campanha, e os recursos desses empréstimos não foram contabilizados. Portanto tudo tem uma lógica dentro de uma situação dialética, política, que nós temos de enfrentar. Não podemos nos aliar. O que ocorreu? Depois dessa absolvição — e talvez nem todos esperassem —, houve uma reação extraordinária da sociedade, possivelmente muito maior do que aquela imaginada pelos que votaram a favor da absolvição.

A toda ação corresponde uma reação, e essa reação veio na forma de diversas propostas, uma delas até propondo o controle externo do Parlamento. Quando se votou o controle externo do Judiciário, houve articulistas, pessoas de renome da sociedade, que propuseram que se fizesse um controle externo do Parlamento para avaliar se o Parlamento está agindo bem. Pois bem. Eu não acho que se precise chegar a ponto, mas me permita uma rápida complementação, uma divergência em relação àquilo que foi colocado pelo Deputado Fernando Gabeira.

O Deputado Fernando Gabeira fez uma menção — eu, em 99% dos casos, concordo com as suas colocações —, mas fez hoje uma proposição no sentido de se preservar o voto secreto e tentar alternativamente expor aqueles que for possível com relação aos seus votos, para que a sociedade saiba, faça pressão e até consiga uma mudança nas suas opiniões.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Deputado Thame, eu só falei em preservar por impossibilidade de derrubá-lo agora.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ah bom, tudo bem. Perfeito. Eu acho que nós devemos abrir um grande debate sobre essa questão do voto secreto, e nesse sentido até já comecei a coletar algumas assinaturas. Já iniciamos, para uma PEC. É preciso uma PEC, porque a Constituição é que diz que esse voto tem de ser secreto, o que não é coerente, porque, no caso de *impeachment* de Presidente, que tem dezenas de milhões de votos, o voto é aberto. E também não há uma proporcionalidade. É injusto. Nós aqui do Conselho fazemos parte lá do Plenário, e o nosso voto é aberto. Então para nós o voto é aberto, e lá no plenário o voto é fechado?

Um terceiro argumento: por que a Constituição traz que o voto na hora do julgamento de um Deputado é secreto? É uma herança da ditadura. A Constituição militar propunha esse voto secreto, e foi ficando, e ficou. Eu acho que devemos abrir um grande debate sobre essa questão, se esse voto fica fechado ou se deve ser aberto.

Nesse sentido, submeto à análise e consideração dos integrantes deste Conselho também a possibilidade de serem co-autores desse pedido de PEC, que não é uma proposta definitiva, mas é para abrir um grande debate nesse sentido.

E por último, com relação ao caso em que sou Relator. Quero dizer que estou declinando da oitiva de duas testemunhas que eu havia solicitado. Eram 2 funcionários do Banco Rural. Mas, quando estive aqui o Representado Josias Gomes, as perguntas feitas pelos integrantes do Conselho, notadamente pelo Deputado Jairo, pelo Deputado Orlando e outros, foram muito conclusivas e suficientes para esclarecer aquilo que imaginávamos que fosse a contribuição que poderia vir a ser agregada aos nossos trabalhos pelas testemunhas.

Nesse sentido, com a desistência dessas testemunhas, nós podemos já, imediatamente, convocar as 5 testemunhas requeridas pelo Representado, o Deputado Josias Gomes.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Peço a V.Exa. que entre em contato com a Secretaria do Conselho para marcar a data. Eu estou sugerindo a V.Exa. que pelo menos 2 dessas testemunhas possam ser ouvidas no período entre



9 e 15, e posteriormente as outras 3, em seguida, no dia 16. Então peço a V.Exa. que entre em contato com a Secretaria do Conselho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Deputado Mendes Thame, pelos fundamentos apresentados, eu me ofereço para apor assinatura a essa proposição. Inclusive defendi, em declarações, no dia seguinte ao julgamento, que não faz sentido o tratamento ser distinto no julgamento de um Parlamentar e no julgamento de um Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu convido todos os membros do Conselho a apoiarem essa propositura.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já há nesta Casa uma PEC que passou por uma Comissão Especial, da qual eu fiz parte, que extinguiu o instituto do voto secreto aqui, nos 2 casos em que ele existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Bom, chegou a hora. Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Desculpe-me, Sr. Presidente. Essa é uma PEC somente para este caso. Ela é pontual, para tentar uma igualdade, uma equidade nesse caso. Acho que a PEC que passou extingue todo tipo de voto secreto. Acho que cabe uma análise mais acurada dos demais casos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, quero apenas dizer que eu também acompanho o Deputado Jairo Carneiro. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, quero acenar também essa PEC que equipara. É injusto, realmente, que nós votemos aberto, quando no Plenário o voto é secreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, 2 meses atrás, comemorávamos o Dia do Poeta. E o meu irmão, poeta, Chico Alencar, me agradeceu hoje com a folhinha do Sagrado Coração de Jesus. Eu me recordo que a minha avó



nos fazia decorar inclusive os dias de cada santo e a leitura das virtudes para o dia-a-dia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aprendeu-se também a cozinhar parcamente graças a ela e a pescar também. Saber quando é tempo de mandi, quando é tempo de lambari. (*Risos.*) (*Intervenções ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ainda não, mas nós vamos procurar. Tenho grande estima por todos os companheiros do Conselho de Ética, mas tenho uma relação de grande proximidade com esse carioca, que é um grande irmão, grande Deputado, que tem feito com que o Congresso Nacional também brilhe com a sua presença e com a sua ação aqui.

Sr. Presidente, eu tenho recebido, assim como V.Exa., lá em São Paulo, e os Deputados Carlos Sampaio e Mendes Thame, um conjunto amplo de manifestações, e vou ser muito franco aqui ao mencioná-las. Ouvimos de populares manifestações de que nós também fazemos parte de um grande conluio aqui no Conselho de Ética; que favorecemos inclusive no tempo a possibilidade da absolvição do Deputado Romeu Queiroz; que aqui nós damos o voto aberto, mas ninguém sabe qual o nosso voto na hora H mesmo de decidir se vamos votar pela cassação ou pela absolvição, e assim por diante.

Por outro lado, após essa manifestação que ficou estritamente desgastante para o Congresso, na perspectiva de que não é um caso em que se poderia mencionar a hipótese de dúvida; é um caso em que, de fato, houve uma manifestação de confissão, dizendo: *“Recebi os recursos e distribuí. Não ficou para mim, mas distribuí para os outros.”* E os outros são seus correligionários, aqueles que futuramente iriam ou irão apoiar o Deputado. Quer dizer, um benefício para si ou para outrem. Então, um desgaste sem igual para o Congresso.

Junto a esse desgaste, veio o desgaste da convocação extraordinária. Tenho para mim que o grande bode expiatório dessa convocação extraordinária é o Conselho de Ética, por 2 motivos: primeiro, se há um desgaste de toda a Casa, e o Conselho ainda goza de alguma respeitabilidade, o Conselho, sendo convocado e não tendo como trabalhar, vai ser o alvo de todas as matérias de jornais, dizendo:



“Foram convocados e não foram trabalhar”. E vão nos jogar também na mesma vala comum em que o Plenário foi jogado, até porque nós não temos condições objetivas para desenvolver nenhum tipo de atividade.

A oitiva de testemunhas neste momento é temerária na perspectiva de que, em qualquer recurso impetrado, não teremos nem a CCJ funcionando, e as nossas ações se perderão, e vamos ter que refazê-las tudo novamente, única e exclusivamente para dar vazão a uma necessidade de se justificar uma convocação extraordinária, com pagamento de 26 mil reais. E se utilizou o grande bode expiatório, o Conselho de Ética, nessa justificativa. Então, nós não temos como avançar.

E eu tenho dito isso, Sr. Presidente, antes da decisão da convocação. Fiz questão de fazer uma questão de ordem a V.Exa. — deve se recordar —, dizendo que era um engano, um erro, fazer a convocação do Conselho de Ética nesse período. Nós não dispomos de instrumentos que possibilitem trazer ou fazer com que a testemunha compareça ao Conselho. Em período normal, as testemunhas já não compareceram, muito menos comparecerão nesse período de festas. Hoje, na CPMI, embora tenha intimado, as testemunhas não compareceram. E lá são intimadas, convocadas.

No meu ponto de vista, a convocação do Conselho de Ética serviu para duas coisas apenas, que volto a frisar: primeiro, para justificar uma convocação esdrúxula e pagar 26 mil reais; segundo, para nos nivelar no mesmo patamar que hoje se encontra o Plenário da Casa, ou seja, da desmoralização.

Por outro lado, Sr. Presidente, no meu caso específico, eu dependo de 2 Deputados comparecerem a este Conselho. Não são testemunhas, pessoas comuns. Uma nós já até desistimos. Ao ouvir o aconselhamento do Deputado Jairo, solicitamos a desistência e encaminhamos ao Ministério Público. O ex-Deputado Benedito Domingos, que está doente para vir ao Conselho, sempre está com boa saúde para participar de solenidades no Plenário da Casa. Isso eu acho a grande vergonha, a grande vergonha: esta Casa, este Conselho não ter a possibilidade de fazer com que uma pessoa que fez amplas denúncias, gravíssimas, pela imprensa, possa se sentar aí, no banco das testemunhas, e dar sua colaboração para que nós possamos apurar e de fato trazer a verdade. Mas a Casa permite que ele participe



de solenidades no Plenário. É lamentável, é desmoralizante para a Casa e para o Conselho de Ética.

Então, dependo da oitiva do Deputado Janene — até aproveito para solicitar a V.Exa. a informação se o advogado do Deputado Janene se deu por notificado ou não — e do Deputado Robson Tuma, que na semana passada nós deveríamos tê-lo ouvido, mas ele não compareceu para prestar o depoimento. Então, eu não tenho como manifestar aqui o fim da instrução até que eu possa ouvir esses 2 Deputados. Lamento que sejam 2 Deputados, que deveriam também, de pronto, manifestar o seu desejo de colaboração com este Conselho.

Lamento, Sr. Presidente. Gostaria de concluir o quanto antes o meu relatório, mas como o Conselho decidiu que não abriria mão da oitiva do Deputado Robson Tuma, ainda que fosse numa reunião administrativa, e como nós não temos ainda a confirmação ou não da notificação e da eventual presença...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, é o seguinte: no começo desta reunião comuniquei aos membros do Conselho que o Deputado Janene já foi notificado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Já foi notificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No dia 15.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, aguardamos que ele possa ser ouvido pela Relatora, Deputada Angela, e nós aproveitaremos a sua oitiva para fazer os questionamentos que possam contribuir e colaborar com o nosso procedimento.

Portanto, Sr. Presidente, enquanto não definirmos essas duas oitivas, eu não posso encerrar a instrução do caso ao qual fui designado Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então V.Exa. vai aguardar o Deputado Robson Tuma e a oitiva do Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Lembrando que o Deputado Robson Tuma, na proposta que fora feita, que pode ser uma oitiva administrativa, na sala do Conselho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, tão-somente pela oportunidade...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... faço uma ponderação em relação à fala do Deputado Fantazzini: se seriam imprescindíveis a oitiva de ambos para a formação da convicção de V.Exa., na medida em que, intimados que foram duas vezes, já temos o pleno direito de comunicar ao representado que é um ônus que lhe cabe, portanto, não deveríamos sequer notificá-los pela terceira vez. Mas aí vai do juízo e da convicção de V.Exa. É apenas uma ponderação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Deputado Janene, sim; o Deputado Robson Tuma, eu já submeti, mas o Plenário do Conselho insiste na oitiva dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - São testemunhas do Relator.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, Sr. Presidente, realmente, sendo do Relator fica a critério do próprio Relator dispensar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida.

Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, quero informar que o PPS, por intermédio do Deputado Raul Jungmann, neste instante, fez entrega ao Presidente do Congresso, Renan Calheiros, do projeto de decreto legislativo, votado agora a partir do dia 16 — e é um compromisso da convocação extraordinária, tanto do Deputado Aldo Rebelo quanto do Presidente do Senado —, que permite que se anule outro decreto legislativo, que é por decreto essa determinação de pagamento, não é pela Constituição, de convocações extraordinárias.

O instrumento já está na Presidência do Congresso Nacional, e o compromisso que temos é que esta decisão possa ser tomada na semana do dia 16. Seria importante para todos nós, além da modificação do período do recesso. O instrumento existe. O PPS, reunido na sua bancada, semana passada, com o Deputado Raul Jungmann, assina esse documento, que interessa a todos, porque todos concordamos com a necessidade de o Congresso se manter reunido numa situação como essa que atravessamos. Com as dificuldades que atravessamos, fechar o Congresso era muito pior do que mantê-lo aberto. A dificuldade está em



que os instrumentos que se dão neste momento para que o Congresso funcione foram tolhidos. Não é possível fazer uma convocação sem o Plenário estar reunido.

Hoje, aqui em Brasília, devemos ter mais de 50 Deputados. Provavelmente hoje teríamos condições de manter... Aliás, eu, que já fui Deputado antes aqui, sempre se convocou com trabalho de comissões no plenário. Sabemos que hoje, por exemplo, provavelmente haveria *quorum* em plenário e teríamos a contagem de prazos. Este Conselho está se reunindo e depende necessariamente do plenário para contar prazo. Não há contagem de prazo até o próximo dia 16, o que é um grande equívoco também nesta convocação. Acho que a redução do prazo dos recessos e também o não pagamento de sessões extraordinárias não darão condições de fazermos essas reuniões como deveremos fazê-las quando for indicado sem ter nenhum outro tipo de constrangimento.

Acredito, Sr. Presidente, que, apesar das dificuldades, o Conselho deva, como V.Exa. colocou, concluir os procedimentos que podem ser concluídos. V.Exa. fala em convocação a partir do dia 9, eu proporia que começássemos no dia 10 efetivamente. Na segunda-feira, inicialmente, pode ser que tenhamos dificuldades de chegar até aqui, a não ser que a convocação seja para o final da tarde. Mas eu acho que no dia 10, 11 ou 12 teremos mais condições de dar andamento aos trabalhos. Lidos os relatórios, prontos os relatórios, na semana seguinte, que é semana de 16, quando o plenário estará funcionando, quando os prazos já estarão correndo, proponho, Sr. Presidente, que nas sextas-feiras que decorram após estes prazos poderemos manter, sim, um nível de atividade mais próprio, para que possamos concluir os procedimentos neste Conselho.

É a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer a V.Exa. e lembrar que, quando fizemos uma reunião com os Presidentes do Senado e da Câmara e eu fui representar o Conselho de Ética, apoiamos o projeto de decreto legislativo do Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Estive presente lá com os senhores na Presidência.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quero fazer uma complementação ao que disse o Deputado Colbert. Óbvio, minha indignação na



convocação é nessa perspectiva de não ter sessão, o que nos deixa numa situação extremamente desconfortável, porque o Conselho de Ética vai acabar sendo o grande alvo da imprensa nesse período, porque não podemos atuar. É óbvio, estamos convocados e vamos ser o grande bode expiatório.

Agora, a partir do dia 10 — o Conselho tem 15 membros titulares e 15 suplentes, são 30 —, temos que garantir o *quorum* para todas as sessões, de segunda a sexta. Acho que V.Exa. deveria convocar todos os Deputados do Conselho de Ética para de segunda a sexta estarem presentes para garantir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *Quorum* mínimo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso, mas o *quorum* a partir do dia 16, porque pode ocorrer na segunda e na sexta de não ter *quorum* e não contar prazo. Então, alguns membros do Conselho de Ética deveriam assegurar o *quorum*, porque 30 Deputados ajudam muito para garantir o *quorum* e a contagem de prazo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O que já fizemos, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O importante é relembrar aos Deputados que vão encerrar a instrução dos seus processos que os prazos começam a contar a partir de segunda-feira, dia 16. Então, vamos nos empenhar, pelo menos nós do Conselho de Ética, em obter o *quorum* mínimo para começar a contar segunda-feira. Então, teríamos segunda, terça, quarta, quinta e sexta, e na semana seguinte já poderíamos começar a votar aqui os relatórios.

Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, não sou membro do Conselho de Ética, sou membro da Comissão Mista de Orçamento. Igualmente quero parabenizar os membros do Conselho. Assim como V.Exas., sou obrigado a estar presente por causa da convocação, embora não tenhamos o *quorum* necessário dos Deputados e Senadores. Mas temos uma saída, a Comissão Representativa.

Ao ouvir todas essas questões, quero externar meu pensamento em relação ao Conselho de Ética, sobre o fato de dizerem que o Conselho de Ética vai ser martirizado, porque foram vocês que não fizeram, porque não se reuniram. Não sou membro do Conselho, mas todos fazemos parte dos 513, fazemos parte do Plenário.



Não adianta chamar para nós a responsabilidade. Até para chegar aqui passa primeiro pela Corregedoria, passa pela Mesa da Câmara dos Deputados, depois chega aqui. Eu até fico me perguntando: somos 15 membros aqui. Digamos que dos 15, 14 ou 10 pessoas estivessem implicadas no processo. Como seria? Então, não é assim. Não podemos chamar para nós a responsabilidade daquilo que não existe. O Conselho de Ética é o Conselho de Ética. Eu até — e V.Exa. me conhece de São Paulo — diria, na minha época, quando criamos a Corregedoria — e se batalha lá para criar o Conselho de Ética —, se nós, ao assumirmos nosso mandato, levássemos ao pé da letra o que é ética, não precisaria ter nem Corregedoria, nem Conselho de Ética. No entanto, criamos esses instrumentos para tentar nos corrigir ou tentar averiguar.

Também sou e fui um dos defensores... Somos eleitos através do voto secreto, e nem sempre o voto secreto é a demonstração da democracia; às vezes o voto secreto é uma coação. O voto aberto é o voto mais democrático, é o voto da consciência — a pessoa vota, espelha. Infelizmente, somos eleitos pelo voto secreto, mas quando chega aqui não queremos o voto secreto. Vamos trabalhar essa tese para vermos.

Batalhei, junto com o Deputado José Eduardo Cardozo e outros companheiros, Paulo Kobayashi, Zulaiê Cobra, que hoje são Deputados, e vários outros. A nossa Mesa era eleita pelo voto secreto. Por que não elegemos então... não só para cassação, por que não elegemos a Mesa pelo voto aberto? Às vezes fico em dúvida. O voto secreto é importante, ele preserva algumas coisas; o voto aberto às vezes coage. Se estou sentado ao lado de um par meu e ele está defendendo uma tese e eu estou defendendo outra, e somos da mesma bancada, do mesmo partido, compartilhamos o mesmo pensamento, como ele vota de um lado e eu de outro, aberto? Então, eu não tenho direito, como indivíduo, como Parlamentar, de votar de acordo com a minha consciência?

Então, não se trata de dizer que o voto aberto seja mais democrático ou que o voto secreto seja mais democrático que o voto aberto. Temos de trabalhar essas questões e não nos adiantar por pressão ou por uma conjuntura momentânea.

Vejo alguns Parlamentares falando aqui, e em outros lugares também, que se for pelo censo comum, se fizermos uma enquete, é capaz de fechar o Congresso



Nacional. Faça uma enquete: você quer que o Congresso Nacional funcione ou não? Fecha-se. Quer apostar como fecha? Faça uma enquete para ver. Então, não é assim. Não podemos cair na vala comum, no censo comum; a democracia tem alguma coisa maior, mais custosa, pesa muito.

Não podemos chamar para nós a responsabilidade. Eu tenho a responsabilidade de votar o Orçamento para 2006. E se meus pares não vierem, como eu fico? Eu vou dizer: não, eu não votei o Orçamento de 2006, porque os meus pares me traíram. Não é assim. Eu acho que é tão importante o que vocês defendem aqui, o que está sendo trabalhado por vocês no Conselho de Ética, como é importante o Orçamento de 2006. Tudo é importante. Cada um no seu devido lugar, na sua importância maior.

Então, Sr. Presidente, não nos devemos martirizar. Não adiante pegar aquela quântica que vimos lá no Oriente e nos martirizar. Não é assim não. Não precisa tirar sangue de nós. Só precisamos dizer que estamos comprometidos.

Por isso eu estou aqui hoje. Sou membro da Comissão Mista de Orçamento. Pode não ter nada, mas eu estou aqui. Se os membros do Conselho de Ética estiverem aqui, trabalhem. Tudo bem. É tranquilo. Não nos vamos martirizar, porque a mesma angústia que vocês têm aqui, eu tenho lá. Agora, vamos dividir as nossas angústias. Vamos tratar as questões naquilo que nos compete. Nós somos Parlamentares seja do Conselho de Ética, seja da Comissão Mista de Orçamento, seja de qualquer outra Comissão. Nós fazemos parte dos 513 Parlamentares.

O Parlamento diz que o Plenário é soberano. E o Plenário é soberano mesmo. Não é um Conselho, não é uma Comissão, não é a Comissão de Justiça, não é a CMO que irão se sobrepor àquele Plenário que temos lá. E ali cada um vota com a sua consciência, seja voto aberto ou fechado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nobre colega, não está em discussão a PEC que ainda não está oficializada, mas de qualquer sorte é interessante que possamos democraticamente trocar algumas idéias.



Primeiro, seria uma questão de coerência de V.Exa. com a história do seu partido que se empenhou para as mudanças das regras do jogo no julgamento do então Presidente Collor, isto é, para que no plenário o voto fosse aberto.

Segundo, estamos na vigência da plenitude democrática. Não estamos no arremedo de democracia em que o temor da retaliação seria iminente para alguém sofrer uma sanção da autoridade. Por isso a justificativa plena da garantia constitucional do sigilo do voto no julgamento de Parlamentar por crime político.

Terceiro, no julgamento de Parlamentar, por sua conduta ética, não é questão partidária que está em discussão; é a conduta do cidadão com o múnus de Parlamentar que deve zelar pela instituição, seu nome e sua reputação.

Então, não cabe votar a favor de alguém, porque é do meu partido. Não tem nada a ver com a posição partidária no julgamento de um cidadão no processo político. É a consciência, sim, mas acima de tudo respeito a si próprio como julgador e ao povo brasileiro, que está acompanhando a vergonha que aconteceu nessa decisão.

A última decisão é um escárnio para a opinião pública nacional, como foi tomada diante de prova cabal de corrupção, de uso indevido de dinheiro em campanha política ou do próprio, ou de outrem. Está consagrada no nosso Código de Ética, na nossa Constituição, a capitulação de falta grave para essa situação.

Peço a V.Exa. que reflita um pouco mais. Não estamos discutindo a PEC que ainda não está em causa. Mas não é possível concebermos que haja o compadrio, o interesse político partidário no julgamento do cidadão parlamentar em razão da sua conduta ética ou antiética.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Eu quero responder ao nobre Deputado. Acompanhei S.Exa. como Relator de um processo, e dali comecei a admirá-lo, vez que sou novo na Casa. Citei por um acaso, mas eu tenho Parlamentares, inclusive aqui no Conselho de Ética, que são mais amigos meus do que membros do meu partido. Não é essa questão partidária. Alguns companheiros aqui — não quero citar nomes — considero mais meus amigos do que os membros do meu partido. Quer dizer, não é essa a questão.



Devemos saber o que colocar em jogo: o voto aberto é mais democrático do que o voto fechado ou vice-versa? Essa é a tese que devemos discutir. Porque fomos eleitos pelo voto secreto. Isso no universal. Mas não vamos discutir agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, com a palavra o último inscrito, Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, farei a leitura de um documento, a pedido do meu partido, até porque diz respeito a este Conselho.

O Deputado Raul Jungmann, Vice-Líder do PPS, ingressa, nesta terça-feira, na Comissão Representativa do Congresso Nacional, com requerimento pedindo a anulação da sessão de votação do Plenário da Câmara que absolveu o Deputado Romeu Queiroz, do PTB de Minas Gerais, da acusação de quebra de decoro parlamentar.

O documento vai ser entregue ao Presidente da Comissão Representativa, Senador Renan Calheiros, durante reunião que está acontecendo no plenário do Senado Federal neste momento. Cópia do pedido também vai ser repassada ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo.

No documento, apresenta-se uma série de irregularidades apontadas pela mídia e por Parlamentares, entre elas a boca de urna e o oferecimento de cédulas em favor da absolvição do Deputado Romeu Queiroz.

Essa denúncia, por si só, prova que houve quebra de sigilo das votações e por conseguinte agressão à representação popular e aos princípios democráticos previstos na Constituição.

O reforço do pedido de anulação é feito utilizando argumento da própria Mesa Diretora da Câmara, que já admitiu os indícios de irregularidade ao acatar representação do Deputado Mauro Passos, do PT de Santa Catarina, contra o Deputado Osvaldo Biolchi, do PMDB do Rio Grande do Sul. Passos afirma que Biolchi lhe ofereceu uma cédula com inscrição “não”, permitindo assim a absolvição de Queiroz. Outro que afirmou ter testemunhado a boca de urna foi o Deputado Chico Alencar, do PSOL.

Esse documento acaba de ser entregue, então, ao Presidente da Comissão Representativa do Congresso Nacional, Deputado Renan Calheiros.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Antes de encerrar, quero lembrar a todos que amanhã, às 10 horas da manhã, teremos uma reunião para aprovação do plano de trabalho para a convocação extraordinária. Lembro ainda que dia 9 teremos uma reunião administrativa, e nos dias 10, 11 e 12, oitivas de testemunhas.

Está encerrada a reunião.